

**"Declaração de Libreville"**

**"1º Encontro de Mulheres Juízas Africanas"**

Sob o tema:

***"A presença das mulheres africanas na magistratura: avaliação e perspetivas",***

Libreville, Gabão, de 02 a 06 de maio de 2023

**Com o apoio do PNUD, da ONUe** **da ONU Mulheres**

**(Rascunho)**

Nós, Participantes no **"1º** Encontro de  **Mulheres Juízas Africanas", reunimo-nos em Libreville de 2 a 6 de maio de 2023**, para partilhar e promover práticas que reforcem o poder judicial**,** a fim de promover e reforçar o papel e a posição das mulheres na magistratura;

C emconformidade com os compromissos das Nações Unidas e da União Africana em matéria de direitos da mulher e de igualdade dos géneros contidos no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), o Protocolo de Maputo, a Carta Árabe dos Direitos Humanos, bem como outros mecanismos como a Agenda 2063 da União Africana e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Este "Encontro", o primeiro do género em África, organizado pela Conferência das Jurisdições Constitucionais em África (CJCA) e que contou com a participação de nada menos do que trinta (30) países africanos, visa criar um quadro de reflexão sobre os obstáculos que as juízas africanas enfrentam nas suas carreiras e refletir sobre as perspetivas do seu desenvolvimento.

Os participantes neste "Encontro":

-Registando a falta de imparcialidade nos processos de nomeação de juízas nos sistemas judiciais e as limitações nos processos da sua seleção e recrutamento para a magistratura;

-Conscientes da capacidade das mulheres para demonstrarem liderança no domínio da justiça;

-Reconhecer que a inclusão e presença das mulheres na magistratura tem tido um impacto positivo;

-Profundamente preocupado com o facto de os obstáculos ao acesso à justiça afetarem desproporcionadamente as mulheres;

-Determinados a eliminar os obstáculos às oportunidades de acesso das mulheres à justiça no processo de tomada de decisão;

-Empenhados em reforçar a presença de mulheres em cargos de liderança judicial e em melhorar o acesso à justiça;

A realização do primeiro "Encontro" de juízas africanas constituiu uma oportunidade para fazer um balanço da presença das mulheres africanas no sistema judicial, debater e chegar a acordo sobre recomendações concretas sobre as perspetivas de permitir novos progressos na liderança das mulheres em África como ponto de entrada para uma melhor justiça para todos na região.

O direito das mulheres a participarem plena e equitativamente com os homens em todos os aspetos da vida pública, incluindo o poder judicial, é amplamente reconhecido como um direito humano.

Até à data, 49 dos 55 países africanos adotaram o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo). Este importante instrumento regional em matéria de direitos humanos apela à igualdade perante a lei e à representação equitativa das mulheres nos órgãos judiciais e de aplicação da lei (artigo 8.º).

Nos últimos anos, alguns países africanos tomaram medidas para nomear mais mulheres juízas e procuradoras a nível nacional. O número de mulheres juízas aumentou consideravelmente nos países africanos, atingindo 50% das juízas em alguns países.

A nível regional, no Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, dos 11 juízes, 5 são mulheres, incluindo o Presidente do Tribunal.

Apesar destes esforços, a representação global das mulheres nas instituições judiciais africanas continua a ser muito baixa e a paridade de género nos sistemas judiciais de muitos países do continente ainda não foi alcançada, com muitas juízas menos representadas em cargos de liderança judicial. É o caso de alguns países africanos, onde a representação das mulheres nos cargos de chefe de jurisdição continua a ser muito limitada, com as mulheres representadas principalmente nos tribunais inferiores ou como conservadoras do registo.

As barreiras à entrada das mulheres no poder judicial em África incluem aspetos culturais, jurídicos, institucionais e sociais.

À luz das valiosas observações e laboriosas trocas de pontos de vista partilhadas durante os trabalhos da Reunião, incluindo numerosos estudos e pesquisas já realizados sobre a situação das mulheres no sistema judicial em África, com recomendações concretas, osPresidentes e Representantes dos Tribunais, dos Conselhos Constitucionais e dos Supremos Tribunais, bem como o Os participantes na "Reunião" comprometem-se a desenvolver ainda mais o quadro de cooperação sobre a questão do acesso das mulheres africanas ao poder judicial e a desenvolver muitas mais atividades destinadas a institucionalizar o debate entre os tribunais africanos.

Comprometem-se a lançar as seguintes ações:

1. Identificação dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres no ingresso na carreira judiciária e pelas juízas na obtenção de promoção no setor da justiça, tendo também em conta as recomendações de estudos e pesquisas já realizados sobre o tema;
2. Identificação de boas práticas que possam ser replicadas noutros locais e partilha dessas boas práticas;
3. Intercâmbios e balanço sobre a situação da igualdade entre homens e mulheres nos sistemas judiciais em África;
4. Maior sensibilização para os benefícios da igualdade de género no sistema judicial, nomeadamente através da partilha de boas práticas noutros países africanos;
5. A institucionalização entre as jurisdições membros do CJCA, do "Encontro" para que seja um quadro anual de debate e troca de experiências sobre a presença das mulheres africanas na magistratura e outros temas especializados que são identificados pelos juízes;
6. Criação da rede de juízas africanas, nomeadamente através de uma plataforma em linha específica;
7. Identificação e implementação de medidas concretas e mecanismos de monitorização que contribuam para aumentar a presença e o posicionamento estratégico das mulheres nas instituições judiciais, nomeadamente com o apoio de parceiros;
8. Reflexão e implementação dos mecanismos identificados para a sustentabilidade destas reuniões no âmbito de um fórum regional e identificação de possíveis temas a debater em futuras reuniões
9. Envolvimento da Plataforma de Mulheres Juízas com organizações regionais especializadas, como o Tribunal Africano de Juízes e Pescas, a Associação Internacional de Mulheres Juízas e o Instituto das Mulheres A

Os participantes expressam os seus profundos agradecimentos às organizações internacionais, à ONU Mulheres, à ONU DC, à Associação Internacional das Mulheres Juízas e, em particular, ao PNUD pelo seu apoio e empenho no progresso das mulheres juízas em África.

Os participantes aproveitam esta oportunidade para expressar os seus sinceros agradecimentos e profunda gratidão ao CJCA pela organização e iniciativa deste encontro e à Excelentíssima Juíza, **Marie Madeleine MBORANTSUO**, Presidente do Tribunal Constitucional da República Gabonesa, pela sua distinta presidência do "**Encontro"** e pelo que tem feito pelo desenvolvimento e realização das juízas em África.

Eles expressam seus sentimentos de profunda gratidão.

Feito em Libreville, quarta-feira, 4 de maio de 2023.